

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.362 - SC (2018/0243247-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **JAIME FIGURSKI**  
**PROCURADOR** : **LUCIANA MARIA FIGURSKI E OUTRO(S) - SC020911**  
**RECORRIDO** : **VOTORANTIM SIDERURGIA S.A**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - SC003210**  
 : **WAGNER DA SILVA RODRIGUES - SC037284**  
**INTERES.** : **CONFI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**  
**INTERES.** : **ENEDINA FIGURSKI**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CONTA CORRENTE. DEPÓSITO DE PROVENTOS. RESERVA DE VALORES. IMPENHORABILIDADE. PRECEDENTES.

1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que "é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda" (EResp 1330567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014).

2. "A jurisprudência da Segunda Seção do STJ tem admitido, excepcionalmente, a flexibilização da regra da impenhorabilidade quando a verba remuneratória (em sentido amplo) alcançar montante considerável. Todavia, é lícito ao executado poupar, ainda que na conta-corrente, importe de até quarenta salários mínimos" (REsp 1766876/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018).

3. Recurso especial provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JAIME FIGURSKI, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (DUPLICATA MERCANTIL) ANTERIOR DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA DEVEDORA COM

REDIRECIONAMENTO DA DEMANDA CONTRA OS SÓCIOS, NÃO ENCONTRADOS. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS PARA REPARTIÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS, DE TELEFONIA PARA LOCALIZAÇÃO DO PARADEIRO DOS DEVEDORES. PLEITO. TAMBÉM, DE ARRESTO ON-LINE. INDEFERIMENTO. AGRAVO DA EXEQUENTE LOCALIZAÇÃO DO PARADEIRO DOS DEVEDORES. ÔNUS DA CREDORA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS, PELO JUÍZO, QUE SOMENTE SE MOSTRA POSSÍVEL QUANDO ESGOTADOS TODOS OS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO. HIPÓTESE NA QUAL HOUVE APENAS UMA TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA.

A localização dos executados compete ao credor e a expedição de; eventual ofício a alguma repartição pública reclama prova clara de que a exequente procurou fazê-lo por todos os meios à sua disposição - o que, todavia, não se constata no caso dos autos.

ARRESTO ON-LINE DE NUMERÁRIO EM CONTA DEFERIDO JÁ POR OCASIÃO DA CONCESSÃO DO EFEITO ATIVO AO AGRAVO DA EXEQUENTE. MEDIDA QUE, DE FATO, PRESCINDE DA PRÉVIA CITAÇÃO DO DEVEDOR. SOBRETUDO A SE CONSIDERAR O LONGO TRAJETO DA DEMANDA E OS INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO DE BENS.

Se há dificuldade em citar o executado, é possível a realização de arresto on-line. via BacenJud, quando há justo receio de que o exequente não receba seu crédito, na forma do art. 653 do-CPC/73.

AGRAVO DO SÓCIO-DEVEDOR. ARRESTO REALIZADO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, POR DETERMINAÇÃO DESTE TRIBUNAL. ' FRUTÍFERO. IMPENHORABILIDADE DO NUMERÁRIO NÃO RECONHECIDA. CONTA CORRENTE DESTINADA AO RECEBIMENTO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. CONTUDO, EXECUTADO QUE RATIFICA QUE O NUMERÁRIO ARRESTADO SE REFERIA AO ACÚMULO DE VALORES DOS MESES ANTERIORES. PERDA DO CARÁTER ALIMENTAR. IMPENHORABILIDADE NÃO OPONÍVEL. . PRECEDENTES DO STJ. ARRESTO MANTIDO.

Em regra, não é possível a penhora de valor depositado em conta destinada ao recebimento dos proventos de aposentadoria; contudo, se tais valores perdem a característica de verba alimentar ao se acumularem mês a mês sem que tenham sido utilizados para manutenção das necessidades" básicas do devedor, o numerário torna-se penhorável.

AGRAVO DA EXEQUENTE PROVIDO. EM PARTE. AGRAVO DO EXECUTADO NÃO PROVIDO.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 649, VI do Código de Processo Civil de 1973, correspondente ao artigo 833, IV do atual CPC.

Sustenta dever ser afastada penhora de valor que constava em sua conta bancária, uma vez que se trata de verba de natureza alimentar (benefício previdenciário), considerada impenhorável.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 192-199.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 202-203).

É o relatório.

DECIDO.

2. O Tribunal de origem assentou que:

Como relatado, concedido o efeito ativo ao agravo interposto pela exequente, o magistrado a quo foi instado a realizar o arresto de valores depositados em contas bancárias em nome dos executados.

Na ocasião (04.11.2014), o valor do débito era de R\$ 26.281,45.

**Uma única tentativa de penhora pelo sistema BacenJud localizou a quantia de R\$ 6.696,00 em conta corrente de titularidade do executado Jaime Figurski que, tão logo transferida referida quantia para conta vinculada aos autos, peticionou ao magistrado de origem para pedir o reconhecimento da impenhorabilidade, por se tratar de proventos de aposentadoria.**

O magistrado a quo compreendeu que "a penhora recaiu sobre valores que excedem a importância recebida, mensalmente, a título de proventos de aposentadoria, cuja quantia decorre da cumulação da remuneração recebida nos meses anteriores, de modo que, ao que tudo indica, os valores são guardados todos os meses, sem sua utilização por parte do correntista".

Por tal razão, indeferiu o pedido de levantamento do numerário.

Conquanto o sócio-devedor tenha interposto o presente agravo sob o mesmo argumento de impenhorabilidade, cuja proteção encontra-se timbrada no art. 649, IV, do CPC/73, impenhorabilidade na hipótese não há. Isso, porque, conforme já decidido pelo STJ, "em princípio é inadmissível a penhora de valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de salário ou aposentadoria por parte do devedor. Entretanto, tendo o valor entrado na esfera de disponibilidade do recorrente sem 'que tenha sido consumido integralmente para o suprimento de necessidades básicas, vindo compor uma reserva de capital, averba perde seu caráter alimentar, tornando-se penhorável" (RMS 25.397 -DF, rela. Mina. Nancy Andrichi, j. 14.10.2008).

Araken de Assis também anota que a impenhorabilidade de vencimentos deve ficar restrita "àquela quantia necessária para sua [do devedor] subsistência até o próximo encaixe" (Execução. SP: RT, 2004, 9ª ed., p. 215).

**Esta é a situação do caso. O próprio executado, ora agravante, aquiesce com o fato que a penhora de R\$ 6.696,00 refere-se a valores guardados provenientes de meses anteriores, segundo alega os meses de agosto, setembro e outubro de 2014 - a penhora on-line ocorreu em 04.11.2014.**

**E de fato é esta a realidade que os extratos da sua conta corrente demonstram: houve acúmulo de valores em conta.**

**Se se trata, então, de reserva de capital em conta corrente, ainda que nesta sejam depositados os proventos da aposentadoria do**

**executado, não há falar em impenhorabilidade.**

Saliento que também se afigura bastante legítima a expectativa da credora em saldar sua dívida, inadimplida e sem sucesso na excussão de qualquer bem desde 2001.

Por outro lado, tal qual já registrado por ocasião da concessão do efeito ativo ao agravo da exequente, "a ausência de citação dos executados não impede o arresto de valores, por meio do BacenJud, porquanto a medida não possui natureza de penhora, mas, sim, de pré-penhora. Veja-se que a referida medida (arresto) apenas visa localizar o patrimônio dos devedores e, caso a busca seja frutífera, o numerário poderá, ou não, ser convertido em penhora" (fl. 90).

Assim, não há falar em nulidade da conversão do arresto em penhora, o que, a propósito, se dá automaticamente com a transferência do numerário pela instituição financeira ao Poder Judiciário, permanecendo os valores bloqueados no processo até ulterior determinação. No caso, não se olvide que a tese de o impenhorabilidade já foi afastada.

Logo, o agravo não vai provido, tal qual decidido pelo magistrado de origem e tal qual decidido por ocasião da não concessão do efeito ativo. (fls. 159-161 e-STJ grifamos)

Dessarte, verifica-se que a Corte de origem concluiu que os valores bloqueados referem-se a reserva em conta corrente na qual se recebe proventos de aposentadoria, razão pela qual não haveria impedimento para a penhora. Constata-se também que o montante reservado fica muito aquém de quarenta salários mínimos.

Ocorre que tal posicionamento está dissonante da jurisprudência da Segunda Seção do STJ que entende que "é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda" (EREsp 1330567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS. MONTANTE INFERIOR A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de execução de título extrajudicial.
  2. São impenhoráveis os valores poupados pelo devedor, seja em caderneta de poupança, conta-corrente, fundo de investimentos ou em papel-moeda, até o limite de 40 salários mínimos. Precedente da 2ª Seção.
  3. A simples movimentação atípica apurada pelas instâncias ordinárias, por si só, não constitui má-fé ou fraude a ensejar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC.
  4. Agravo interno no recurso especial não provido.
- (AgInt no REsp 1795956/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, REPDJe 29/05/2019, DJe 15/05/2019)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES NA CONTA-CORRENTE DO EXECUTADO. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. INDEFERIMENTO PELO TRIBUNAL REGIONAL. TESE DE PENHORABILIDADE DO MONTANTE EXCEDENTE. NÃO CONHECIMENTO. ACÓRDÃO ATACADO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PREJUDICADO O INTENTO PREQUESTIONADOR COM AZO NO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. O recurso não pode ser conhecido.

**2. A jurisprudência da Segunda Seção do STJ tem admitido, excepcionalmente, a flexibilização da regra da impenhorabilidade quando a verba remuneratória (em sentido amplo) alcançar montante considerável. Todavia, é lícito ao executado poupar, ainda que na conta-corrente, importe de até quarenta salários mínimos.**

**Precedentes do STJ.**

3. Assim sendo, a tese recursal de que os valores a serem penhorados configurariam reserva de capital, e não verba alimentar, não é hábil a afastar o entendimento do STJ acerca do tópico em questão. Incide, in casu, a regra contida na Súmula 83/STJ.

4. Outrossim, reavaliar o estado econômico-financeiro do recorrido de modo contrário ao que foi consignado pela Corte de piso requer revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Por fim, constato que a tese de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, visava apenas reconhecer o prequestionamento do art. 835, I, do CPC/2015, com fins de acessar esta instância especial, pelo que ficou prejudicado tal óbice, conforme apreciação acima.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1766876/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018)

-----  
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REGRA DE IMPENHORABILIDADE. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS DEPOSITADOS EM CONTA POUPANÇA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1.O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que as regras de impenhorabilidade previstas no Código de Processo Civil aplicam-se aos casos de indisponibilidade de bens decretada nos termos do art.

7º da Lei n. 8.429/1992. Precedentes: (AgInt no REsp 1440849/PA, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/5/2018; REsp 1.319.515/ES, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão

Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 21/9/2012.

2. Nessa esteira, a jurisprudência do STJ tem afastado a possibilidade de tornar indisponíveis, com fulcro no art. 7º da Lei n. 8.429/1992, os valores referentes a salários, pensões, vencimentos, remunerações, subsídios, pois constituem verba de natureza alimentar essenciais ao seu sustento e de sua família. Precedentes: REsp 1.164.037/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/ Acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9/5/2014; REsp 1.461.892/BA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/4/2015.

**3. Da mesma forma, também está imune à medida constritiva de indisponibilidade, porquanto impenhoráveis, os saldos inferiores a 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança e, conforme entendimento do STJ, em outras aplicações financeiras e em conta-corrente, desde que os valores não sejam produto da conduta ímproba. Precedentes: REsp 1.676.267/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/10/2017; AgRg no REsp 1.566.145/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/12/2015; EREsp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 19/12/2014.**

4. No caso dos autos, a Corte de origem excluiu da indisponibilidade de bens anteriormente decretada o valor de até 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, decidindo, portanto, conforme a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1427492/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 28/03/2019)

-----

Incidência da Súm 568 do STJ.

**3.** Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a penhora dos valores depositados na conta corrente da parte ora recorrente.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO  
Relator